

# Definida a convocação, partidos estudam propostas

BRASILIA — Definida a forma de convocação da Constituinte, os partidos voltam-se agora para a elaboração das propostas que pretendem apresentar. Esses temas, segundo as lideranças, deverão mobilizar a eleição de 1986, que escolherá o Congresso Constituinte.

Praticamente todos os partidos estão organizando ou já têm comissões para elaborar as teses. O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, acredita que a nova Carta, ao lado dos problemas econômico-sociais, tomará conta da campanha eleitoral, apesar de pesquisas apontarem que 75 por cento da população não sabem o que é Constituinte.

A comissão do PFL, dirigida pelo ex-Deputado Laerte Vieira, deverá elaborar um projeto fundamentado no programa do partido, fiel ao discurso liberal. Quem preferir uma Constituição centrada nos princípios do trabalhismo terá a opção de votar nos candidatos do PTB, segundo o Líder do partido na Câmara, Gastone Righi.

O PT, fiel ao seu estilo pouco orto-

doxo, não tem apenas uma comissão, mas diversos grupos de trabalho, espalhados pelo País, cada um encarregado de um tema. Os textos serão levados para homologação em convenção nacional.

O Presidente do PDS, Amaral Peixoto, também está providenciando a criação da comissão da Constituinte. As teses também serão extraídas do programa do partido, "um dos mais avançados", segundo ele.

Por causa da proliferação de comissões — partidárias, oficiais e de entidades, como a OAB e a CNBB — o PMDB resolveu não criar a sua, segundo o Secretário-Geral do partido, Deputado Roberto Cardoso Alves. O Deputado acha que as teses do PMDB já estão mais do que difundidas, porque sempre integraram a plataforma eleitoral do partido.

Com preocupações eleitorais que transcendem a eleição para o Congresso-Constituinte e mesmo para os Governos estaduais, o PDT não vai centralizar a campanha no conteúdo da nova Constituição. Segundo o Presidente do partido, Doutel de

Andrade, os pedetistas não acreditam que, da forma em que foi convocada a Constituinte, haverá uma reforma de fato e, por isso, nem criarão comissão.

A campanha da Constituinte do PDT, antecipa Doutel, terá como carro-chefe a luta pela simultaneidade das eleições gerais com a do novo Presidente da República. Sem mencionar a provável candidatura do Líder do partido, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, Doutel argumenta que o atual Governo era para ser de transição e que apenas uma eleição que incluía a escolha do Presidente pelo voto direto levará às urnas a real opção por plataformas políticas.

Embora também ponham em dúvida a representatividade da Constituinte, os comunistas não serão tão radicais: o PCB já tem pronto nada menos que um anteprojeto de Constituição. Mais do que a maneira de convocação, os comunistas estão preocupados com a desproporção da representação de cada Estado e a força do poder econômico.

## Comissão quer começar pelos direitos humanos

BRASILIA — A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, começará em novembro a examinar temas específicos para a nova Carta, como forma de governo, direitos individuais e sociais e segurança nacional, entre outros. O Presidente da Subcomissão do Rio, Evaristo de Moraes Filho, informou ontem que seu grupo já discutiu a Federação, o regime de Poderes, os direitos humanos e sociais, educação, cultura, ecologia e segurança nacional.

A Subcomissão do Rio não formulou ainda propostas mas lançou idéias, como a de iniciar a nova Constituição pela declaração fundamental dos direitos do homem e criar mais dois capítulos, dedicados à defesa ecológica e aos direitos do trabalhador. Segundo Evaristo de Moraes Filho, a idéia central da abordagem dos direitos humanos é

criar defesas para o cidadão — e não apenas para o Estado — e fortalecer as entidades intermediárias entre o cidadão e o Estado. O jurista, que encaminhou mais de 200 pedidos de sugestões a entidades do Rio e recebeu muitas contribuições, disse que "o propósito do grupo é renovar e a tendência é a elaboração de uma Carta duradoura, uma Constituição para o futuro, que atenda aos anseios da sociedade".

A Subcomissão de Brasília, presidida pelo Consultor Geral da República, Paulo Brossard, tem ouvido pessoas ligadas ao Executivo, ao Judiciário e a entidades nacionais de classe. O Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, por exemplo, discutiu com os oito integrantes do grupo a problemática trabalhista. O Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, um dos membros da Subcomissão de Brasília, está reco-

lhendo sugestões junto ao Poder Judiciário. Ele vem estudando formas para fortalecer o papel do Ministério Público como defensor da sociedade. No final do mês, em encontro nacional de procuradores, Pertence deverá fazer novas consultas. O Presidente da Contag, José Francisco da Silva, outro integrante do grupo, pretende mais tarde levar propostas debatidas na Subcomissão ao meio sindical. Ele vai defender as posições da categoria sobre reforma agrária e trabalhista.

Com sede em Recife, a Subcomissão do Nordeste tem dedicado especial interesse à inclusão dos direitos sociais no texto constitucional, segundo explicou o empresário paraibano Odilon Coutinho, que é favorável à inserção de dispositivo criando o direito ao trabalho e obrigando o Estado a garanti-lo.

## Amin acha que a insatisfação vai mobilizar o povo

SÃO PAULO — O Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin (PDS) disse ontem nesta capital que acredita em nova mobilização popular por mudanças na área política, "pois é grande a parcela da população insatisfeita com o Congresso-Constituinte". Ele afirmou que aceita conversar com o PT sobre o assunto, conforme disposição anunciada segunda-feira pelo Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Francisco Weffort.

— Sei que já é uma proposta derrotada mas podemos conversar — frisou.

Esperidião acha que, com o Congresso-Constituinte a futura Carta sofrerá forte influência do Governo Federal, eleito em época diferente.

Em Porto Alegre, o Governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares (PDS), falando a empresários em um seminário promovido por exportadores, reiterou que é favorável à Constituinte exclusiva mas disse estar disposto a se curvar diante da vontade da maioria. Ele advertiu que a Nova República poderá sofrer sério desgaste caso a Constituinte congressual não elabore uma Carta que atenda aos anseios do povo.



O Bispo Stroehner assina o manifesto do movimento gaúcho pela Constituinte exclusiva

## Representante da CNBB no movimento gaúcho lamenta opção pelo Congresso

PORTO ALEGRE — O representante da CNBB no Movimento Gaúcho da Constituinte, Bispo José Mario Stroehner, lamentou ontem que os Deputados e Senadores estejam optando pela Constituinte congressual, alertando que "os políticos correm o risco de criar um impasse com a sociedade".

— O que se nota é um claro afastamento, tanto do Governo como dos parlamentares, dos anseios do povo por não encontrarem formas de encaminhar o momento histórico de transição que vive o País — disse o

Bispo, que participou ontem à tarde da vigília do Movimento, na Assembléia Legislativa.

Dom José Stroehner, Bispo Auxiliar de Porto Alegre, advertiu que "há muita gente da direita e da extrema esquerda apostando no impasse e os políticos, ao tomar decisões tão importantes e com tantas repercussões na sociedade, devem estar alertas para isso".

Mais de quatro mil assinaturas favoráveis à Constituinte exclusiva já foram obtidas pelo Movimento Gaúcho da Constituinte.

## Senadores mudam opinião e agora vão participar

BRASILIA — Três dos 23 Senadores eleitos em 1982 — Itamar Franco (MG), Fábio Lucena (AM) e José Inácio (ES) todos do PMDB — haviam decidido não participar da Constituinte, por entenderem que não receberiam essa delegação nas urnas. Como os outros 20 preferiram aguardar a decisão do Congresso ou da própria Constituinte, eles ficaram conhecidos como "os três mosqueteiros".

Aos poucos, no entanto, cada um começou a rever a decisão. Ontem à tarde, José Inácio parecia ter ficado sozinho. Itamar passou a entender que, se mantivesse sua tendência de votar contra a emenda do Governo, estaria se auto-excluindo da Constituinte. Lucena nega que, em algum momento, tivesse renunciado ao direito de participar da Constituinte.

— Não tenho compromisso com ninguém. Ainda não pensei no assunto — afirmou, irritado por ter sido citado pelos outros dois.

José Inácio, no entanto, assegura que Lucena tinha, até ontem, o compromisso de não participar da Constituinte.

— Meu compromisso é votar a emenda do Governo. Depois, como diria o Armando Falcão, "o futuro a Deus pertence" — disse.

O inspirador do movimento é José Inácio Presidente da Seção da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo duas vezes, não perdeu o vínculo com a entidade, que agora o influencia. José Inácio votou com o Governo, mas com declaração de voto em separado em que registrou nos anais do Congresso que não vai mesmo participar da Constituinte.